# ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Aos vinte dias do mês de junho de 2014, na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, reuniram-se os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca e Doutor Ricardo Faustini Baglioli, o membro indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, o Senhor Secretário-Geral da Presidência, Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto e o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico, Doutor Declieux Dias Dantas. O Doutor André Lins, representante da Ordem dos Advogados do Brasil –OAB/DF, compareceu a reunião substituindo a Conselheira Hellen Falcão, ausente por motivos de ordem pessoal. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos aprovando, na íntegra, a Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 13 de junho de 2014, repassando-a aos demais membros presentes para assinatura. O Doutor Declieux sugeriu que a ata seja disponibilizada na página da Intranet, sugestão prontamente acolhida pelo Presidente e demais membros. Foi aprovada também a minuta de portaria incluindo a Doutora Lídia Maria Borges de Moura, Secretária-Geral da Corregedoria, a Doutora Kátia Souza, Coordenadora da COSIST e o Doutor Túlio Parca, servidor da COSIST para integrarem o Comitê Gestor do PJE no TJDFT, sendo determinada a imediata publicação do ato. O Presidente do Comitê Gestor Desembargador Flávio Rostirola aprovou a sugestão de que a normatização do Processo Judicial Eletrônico – PJE seja feita por intermédio de Portaria GPR, com o objetivo de tornar mais ágil o procedimento relativo à implantação do PJ-e. Na oportunidade, Sua Excelência agradeceu as sugestões encaminhadas pelo Doutor André Vinícius do MPDFT, que serão analisadas e acrescentadas à minuta final do PJE. Dando continuidade a reunião, Sua Excelência perguntou ao Doutor Declieux sobre as atividades desenvolvidas ao longo da semana. O Doutor Declieux informou que no dia 16/06/2014, foi feita a apresentação do Sistema PJE para cerca de vinte advogados, contando com a presença da Conselheira Hellen Falcão. O Secretário do PJ-e destacou que houve boa receptividade e que a equipe da SEPJE realizará o segundo treinamento aos advogados em

24/06/2014. Em 17/06/2014, foi encaminhada a Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI, o cronograma de implantação do PJE no TJDFT para 2014, a fim de que aquela Secretaria possa prover os equipamentos necessários para as Salas de Atendimento aos advogados, magistrados e servidores nos Fóruns de Taguatinga, Ceilândia e Fórum do Meio Ambiente. Acrescentou que o referido cronograma também já foi encaminhado à Secretaria de Administração Predial – SEAP, para que aquela Secretaria possa viabilizar o espaço físico destinado a estas Salas nos referidos Fóruns. Informou ainda, que em 20/06/2014, foi realizado treinamento do fluxo de trabalho dos servidores da Redução a Termo e Distribuição dos Juizados Especiais Cíveis. O Secretário-Geral da Presidência, Doutor Celso Neto, informou que realizou uma visita ao Fórum Leal Fagundes para entrega dos Ofícios informando os juízes sobre a implantação do PJE no dia 25/07/2014. Destacou que os Juízes dos Juizados Especiais foram receptivos a implantação do PJ-E, mas que existe uma preocupação em relação a instabilidade da rede elétrica e da transmissão de dados. Ressaltou que também existem outras demandas como estacionamento, limpeza dos terrenos e iluminação das vias públicas. O Senhor Secretário-Geral salientou que como havia sido pedido na 1ª Reunião, foi realizada uma vistoria na parte elétrica do Fórum Leal Fagundes e que há três grupos geradores em funcionamento e que a energia elétrica está estável. Acrescentou que está prevista uma reunião com a CEB para finalizar algumas pendências. O Desembargador Rostirola solicitou que a Assessoria de Relações Institucionais - ARI agende essa reunião com a CEB o quanto antes e que ele mesmo comparecerá para tentar dar agilidade ao processo. Noticiou ainda, que está tentando viabilizar a instalação de câmeras de segurança, no trajeto que vai do Fórum Leal Fagundes até o Metrô, levando em conta que, no momento, há um bom relacionamento com o Poder Executivo do DF. Foi passada a palavra aos demais membros do Comitê e o Doutor Ricardo Baglioli questionou qual o destino do documento original que é apresentado e scaneado para integrar o processo judicial eletrônico, esse documento seria devolvido à parte ou mantido. O Doutor Flávio Fernando sugeriu que após ser scaneado o original deve ser devolvido para as partes. O Desembargador Rostirola também sugeriu que nos casos em que for feita a retirada de Alvará, que seja digitalizado o documento de quem apresenta e que isso deve constar da normatização do PJE. A sugestão para o Secretário do PJE é criar um módulo que mostre todos os documentos scaneados vinculados ao processo. O Doutor Ricardo Baglioli também questionou se o PJE tem possibilidade de criar um alerta para cruzamento de dados de processos do SISTJ. O Doutor Declieux esclareceu que é possível fazer essa integração. O Desembargador Rostirola elogiou as sugestões do Doutor Ricardo Baglioli, uma vez que este alerta seria uma forma de acabar com a

prática temerária da desídia, quando o indivíduo entra com um processo e não recolhe as custas e posteriormente o processo é extinto por desídia, mas o cidadão tem a possibilidade de entrar com novo processo sem ônus nenhum. O Presidente do Comitê Gestor mostrou preocupação com a guarda dos títulos de valor. Questionou se haverá um sistema físico para armazená-los e sugeriu a aquisição de cofres para o Fórum. O Senhor Secretário-Geral sugeriu que sejam adquiridos cofres específicos para armazenar os documentos de valor e que os mesmos fiquem sob a guarda de um depositário público. O Doutor Flávio Fernando asseverou que é necessária cautela quanto a melhor forma de guarda de cheques ou títulos, para que não haja risco de serem subtraídos e causar graves prejuízos. O Desembargador Rostirola solicitou ao Doutor Declieux que faça um levantamento junto a outros Tribunais de como é feita a guarda destes títulos de valor. O Doutor Ricardo Baglioli trouxe um questionamento feito pela Juíza do Juizado Itinerante, com relação a possibilidade de que o Juizado, que abrange o Juizado do Aeroporto e o Juizado Volante, também passaria a trabalhar com o processo judicial eletrônico. A preocupação da Juíza é que os atendimentos são feitos em vans e muitas vezes em regiões onde não há acesso a Internet, o que inviabilizaria a utilização do PJ-E. O Doutor Declieux disse que o Juizado Itinerante não faz parte do cronograma de implantação do PJE, neste momento. O Desembargador Rostirola acrescentou que o Juizado Itinerante será analisado e essas barreiras serão supridas. O Doutor Ricardo Baglioli expôs que a preocupação de todos neste momento é com relação a complexidade do PJE e com a instabilidade da rede do Fórum Leal Fagundes. Questionado pelo Doutor André Vinicius do MPDFT, se os dois sistemas PJE e SISTJ continuarão coexistindo, o Doutor Declieux respondeu afirmativamente, uma vez que os processos físicos que já existem continuarão existindo no SISTJ. Eles não serão colocados no PJE. Os processos físicos já existentes não serão digitalizados. O Senhor Secretário-Geral solicitou que isso conste da portaria de normatização do PJE. O Desembargador Rostirola asseverou que deve constar do ato de normatização um artigo para que os eventuais casos omissos sejam decididos pelo Tribunal. Sua Excelência manifestou ainda o interesse em fazer uma visita a Doutora Sandra Reves para alinhar os procedimentos relativos à implantação do sistema PJE nos juizados. O Presidente do Comitê Gestor solicitou a todos que façam sugestões para a pauta da próxima reunião que acontecerá na próxima sexta-feira, 27 de junho de 2014, às 13 horas, uma vez que o expediente será suspenso a partir das 17 horas, em função da Festa Junina e que também haverá sessão do Pleno Administrativo. Ao final, o Desembargador Rostirola questionou se haveria risco de perda de dados e o Senhor Secretário-Geral esclareceu que não há esse risco, pois o Tribunal dispõe de dois Servidores que fazem o backup de

todos os sistemas do Tribunal. Acrescentou que em breve o Tribunal de Justiça poderá contar com a instalação do Site Backup no estacionamento do Fórum Verde. Será uma sala cofre fornecida pela ACECO, única empresa que faz esse tipo de sala com certificação, a exemplo de outros tribunais, como o TCU e STJ. Nada mais havendo a registrar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola encerrou a sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador **FLÁVIO ROSTIROLA**
Presidente do Comitê Gestor do PJE/TJDFT

**FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA**
Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

**RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI**
Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/JEC/BSB

**ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA**
Procurador de Justiça Membro do MPU/MPDFT

**ANDRE LINS**
Representante da OAB/DF

**CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO**
Secretário-Geral da Presidência

**DECLIEUX DIAS DANTAS**
Secretário do Processo Judicial Eletrônico